

“REGIMES ALIMENTARES E QUESTÕES AGRÁRIAS”

Sidney Cássio Todescato Leal

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Unesp de
Presidente Prudente-SP
E-mail:sidney.todescato@outlook.com

Resenha de: McMichael, P. **Regimes alimentares e questões agrárias.** São Paulo:
Editora Unesp, 2016. 256 p.

Philip McMichael é economista pela The University of Adelaide, Austrália, professor do Departamento de Sociologia do Desenvolvimento da Cornell University, New York, Estados Unidos. Escreveu também *Settlers and the Agrarian Question: foundations of Capitalism in Colonial Australia* (1984) e *Development and Social Change: A Global Perspective* (2012). Atualmente se dedica aos seguintes temas de pesquisa: modernidade capitalista através das lentes de questões agrárias, regimes alimentares, movimentos de soberania alimentar, sistemas alimentares de agrocombustíveis e apropriação global de terras.

McMichael traz para o nosso conhecimento a importante discussão sobre as relações entre regimes alimentares e a questão agrária. Adota como pano de fundo estruturante as mudanças ocorridas na agricultura com os ciclos do sistema capitalista. O autor inicia o livro fazendo uma defesa da necessidade de discutir os regimes alimentares, tendo em vista que produtores e consumidores se conscientizam cada vez mais do alcance global do sistema alimentar no século XXI.

Trabalhando com o conceito de regime alimentar enquanto um projeto que se modificou de acordo com as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar, em meio a um complexo de determinações de circuitos estratégicos de mercadorias, o autor delinea como se definiram três regimes alimentares.

O primeiro, nos períodos de conjunturas geopolíticas dominadas pelo Estado britânico (décadas de 1870 - 1930) caracterizado pela exportação de grãos básicos de clima temperado e carnes do Sul global. Regime organizado na forma de acumulação extensiva para manter os salários dos trabalhadores em patamares reduzidos e, que entrou em crise pela exaustão das fronteiras agrícolas e pela depressão econômica pós segunda Guerra Mundial.

O segundo, dominado pelo Estado norte-americano (décadas 1950-1970) que tinha como diretrizes a livre iniciativa. No entanto, hegemonicamente controlada pelo mesmo, caracterizado pela adoção de programas de segurança alimentar com o “objetivo de alimentar o mundo”. Baseada na especialização agrícola de *commodities*, sobretudo de grãos básicos e, ao mesmo tempo, impondo excedentes agroindustriais a outros estados. O que comprometeu agriculturas e economias nacionais.

Por último, mas não menos importante, que o autor define como o terceiro regime alimentar, controlado pelo capital corporativo (décadas de 1980-2000). Regido por princípios neoliberais de mercado de privatizações de nações e acordos de livre-comércio como alternativa a uma moeda internacional e hegemônica.

Nesse contexto, o autor alinhava a postura do controle Estatal de acordo com os regimes alimentares e demonstra que, nos períodos controlados pela Grã-Bretanha e pelo EUA, os regimes alimentares abasteciam a relação entre Estado e mercado. Já no terceiro regime, o Estado deixa de intervir e quem controla o comércio mundial da agricultura são as corporações transnacionais, ou seja, o setor privado. Essa discussão está costurada em todo o livro, mas fica evidente nas partes iniciais, em que o autor faz uma análise histórica da conjuntura do sistema capitalista e dos sistemas alimentares.

McMichael recheia o livro de discussões que expressam as consequências de cada regime alimentar para os trabalhadores assalariados e camponeses do mundo todo. Ao mesmo tempo, apresenta um estudo aprofundado das contrapropostas, enquanto resistência, as quais desencadearam, no terceiro regime alimentar, a proposta de soberania alimentar.

O autor apresenta a soberania alimentar enquanto uma construção coletiva que garante o direito dos povos em controlar e produzir alimentos respeitando as demandas locais e diversidades culturais e que se complementa com a criação de estratégias de produção ecológica e a garantia de distribuição e consumo à toda população. Propostas, discutidas pelo autor, disseminadas desde 1996 pela Via Campesina, organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, e por teóricos que vêm estudando a questão. Ainda, em defesa da proposta de soberania alimentar McMichael apresenta um amplo levantamento de ações estratégicas de produção promovidas por trabalhadores e camponeses no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, discute elementos que demonstram a viabilidade da soberania alimentar enquanto transformação do sistema alimentar mundial contemporâneo.

Uma problemática que permeia toda a discussão do livro é a da questão agrária, pois McMichael evidencia a centralidade da discussão da produção de alimentos considerando elementos que reestruturam a questão agrária a partir das características dos regimes alimentares. Assim, ele faz uma leitura e um questionamento da questão agrária a partir das lentes do regime alimentar do contexto histórico-mundial.

MCMICHAEL finaliza o livro demonstrando a sua posição política, caracterizando o sistema alimentar atual como global e claustrofóbico. Nesse contexto, demonstra que essas características geram utopias reais, como a soberania alimentar, que buscam a superação desse sistema alimentar atual.

Sugiro que pesquisadores das temáticas que envolvem regimes alimentares, soberania alimentar, questão agrária e mercado mundial de alimentos “comam” esse livro para se atualizarem das questões da produção, controle e financeirização dos alimentos e ao mesmo tempo visualizarem que propostas e produção de alimentos enquanto valores de uso, já se espalham pelo mundo inteiro.

Referências

McMichael, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256 p.

Submetido em: janeiro de 2019.

Aceito em: fevereiro de 2019.